

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO COMBATE AO USO E ABUSO DE DROGAS: APONTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

Maria Edilene Araújo Silva <sup>1</sup>  
Antonia Solange Xerez Pinheiro<sup>2</sup>  
Paulo Ivany de Souza <sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo se trata de uma revisão bibliográfica narrativa que objetivou abordar apontamentos contemporâneos sobre as políticas públicas educacionais que visam à formação continuada de professores no combate ao uso e abuso de drogas. Justificando-se pela realidade encontrada na sociedade atual, na qual observa-se um crescente índice do uso e abuso de drogas principalmente entre escolares. Para realização desta pesquisa foram feitos estudos em artigos publicados em revistas, anais e livros no período entre 2010-2018, no intuito de compreender melhor realidade contemporânea. As discussões elencadas no estudo resultaram na premência de políticas públicas educacionais que foquem na formação continuada de professores, bem como, a necessidade de que essas políticas sejam desenvolvidas de maneira mais efetiva, na qual os docentes se sintam seguros para desenvolver um trabalho de reflexão junto aos alunos e a comunidade.

**Palavras-chave:** Formação Continuada, Professores, Drogas.

### INTRODUÇÃO

A problemática do uso e abuso de drogas na sociedade brasileira contemporânea tem aumentado cada vez mais. Essa realidade impertinente traz a necessidade de pensar em alternativas eficazes para transformar esse contexto. Com isso, aborda-se nesse estudo reflexões sobre políticas públicas que visem formação continuada de professores no combate ao uso e abuso de drogas, pois entende-se o docente como agente multiplicador do conhecimento.

Incluir na formação continuada dos professores temas relacionados ao uso e abuso de drogas se torna relevante tendo em vista realidade brasileira no contexto atual, no qual observa-se um auto índice de consumo entre os jovens com idade escolar. “No Brasil, os adolescentes são os principais alvos do uso e também do tráfico de drogas. Por esse motivo, se faz importante

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará – CE e professora temporária da Universidade Regional do Cariri – CE, edilenearaujo.ef@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutora em Educação e professora do Curso de Mestrado em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará – CE, antonia.xerez@uece.br;

<sup>3</sup> Graduado em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri – CE e professor do ensino básico no município de Iguatu – CE, pauloivany@hotmail.com.

a existência das políticas de enfrentamento ao uso de drogas dentro das escolas” (SOUSA e BERTONI, 2016, p. 02).

Para Ferreira et al (2010), os professores do ensino básico podem ser considerados agentes de prevenção do uso e abuso de drogas por terem um papel relevante na formação plena de seus alunos. Portanto é necessário que políticas públicas educacionais estejam voltadas para essa temática, para que assim, os docentes possam se apropriar cada vez mais dos conhecimentos referentes as substâncias psicoativas<sup>4</sup> e consigam abordar esse assunto de maneira significativa e transformadora no seu ambiente de trabalho.

É na escola onde se deve começar o trabalho de prevenção e combate ao uso e abuso de drogas, e para que isso ocorra, se faz necessário a intervenção do professor como interlocutor de informações e mediador do conhecimento de maneira que os educandos possam entender e refletir sobre o ponto em questão. Mas, para que isso ocorra, se faz necessário políticas públicas comprometidas com a formação básica e continuada de professores referente a problemática das drogas dentro da atualidade.

O professor para atender as novas demandas sociais deve ter uma formação reflexiva que possibilite a compreensão da sociedade, bem como, o entendimento das questões relacionadas ao uso e abuso de drogas. Já que esta temática gera controvérsia e receio nos educadores, que por vezes são limitados ao senso comum ou a informações errôneas disseminadas pela mídia, que costumam tratar as drogas lícitas como algo “normal” e as drogas ilícitas como “drogas de verdade” (SOUSA e BERTONI, 2016).

Tendo em vista o contexto apresentado elencou-se o seguinte problema: as políticas públicas que visam a formação continuada de professores no combate ao uso e abuso de drogas têm sido eficientes e suprem a necessidade da conjuntura brasileira atual?

Acredita-se que são poucas as políticas públicas direcionadas para a formação/capacitação dos professores no que se refere a prepará-los sobre questões pertinentes ao uso e abuso de drogas. Crer-se ainda, que as formas de Políticas Públicas educacionais desenvolvidas para esse contexto quase nunca surtem o efeito esperado, acarretando assim docentes despreparados para lidar com o tema das drogas tanto na escola como no contexto social.

O objetivo principal desse trabalho é abordar apontamentos contemporâneos sobre as políticas públicas educacionais de formação docente continuada no combate ao uso e abuso de

---

<sup>4</sup> Substâncias Psicoativas (conhecidas popularmente como drogas) são aquelas utilizadas para produzir alterações nas sensações, no grau de consciência, no humor e no comportamento (FERRAZ et al, 2018).

drogas. Buscando de maneira mais específica debater sobre a eficiência das políticas existentes e discutir sobre a importância do docente no trabalho de combate as drogas.

Justifica-se este estudo pela realidade encontrada na sociedade atual, na qual observa-se um crescente índice do uso e abuso de drogas principalmente entre escolares. Por tanto, considera-se necessário discutir sobre uma formação continuada que coloque a prática educativa e o ensinar de maneira que o professor seja capaz de compreender as relações entre a sociedade e os conhecimentos adquiridos (COSTA, 2016), possibilitando ao docente a capacidade de lidar com temas e problemas relacionados ao uso e abuso de drogas. E para isso, considera-se relevante estudos e debates que possam fundamentar e fortalecer as possibilidades de um melhor preparo e formação docente.

## **METODOLOGIA**

Esse estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica narrativa, em que são analisadas as produções bibliográficas inclinadas à determinada área de conhecimento. O material bibliográfico da pesquisa foi reunido por procedência e fontes de divulgação de ideias, permitindo ao pesquisador a elaboração de pensamentos que favorecem a contextualização, problematização e uma validação da teoria utilizada na investigação abordada (ELIAS, 2012).

Nesse contexto e visando atingir os objetivos propostos foram realizadas pesquisas em artigos publicados em revistas, anais e livros que tratavam de temáticas relacionadas com o estudo *in loco*. Para compreender melhor realidade contemporânea referente a problemática estudada, realizou-se um recorte de tempo para os materiais publicados em português, no qual foram incluídos na pesquisa somente os trabalhos lançados entre os anos de 2010 e 2018.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O termo políticas públicas pode agregar algumas definições, mas no geral está relacionado as políticas desenvolvidas pelos governos (federal, estadual e/ou municipal) com finalidade de melhorar a vida da população. Desta forma, pode-se entender políticas públicas educacionais como projetos governamentais pertinente a educação. Ou seja, “políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares” (OLIVEIRA, p. 96, 2010).

O desenvolvimento de políticas educacionais para formação continuada de professores em relação a problemática das drogas, tem sido objetivo de alguns governos que lançaram ações

visando a formação continuada em nível superior exigida por lei<sup>5</sup> (DIAS e BRAGANÇA, p.34, 2013). Porém, a quantidade de projetos governamentais focados na formação docente continuada que visam o aprofundamento do debate sobre o uso e abuso de drogas ainda parece ser insuficiente.

Um estudo realizado por Ferreira et al (2010, p.554) e denominado de Percepções e Atitudes de Professores de Escolas Públicas e Privadas Perante o Tema Drogas,

demonstrou que eles não estavam suficientemente capacitados para transmitir esse tipo de informação para os seus alunos, apesar de quase a metade dos professores ter afirmado que, buscando capacitação na área, já tinha participado de algum tipo de evento sobre drogas, como seminários, cursos, grupo de estudos, palestras e treinamentos.

O estudo apresetado destaca que os docentes não são capacitados para discutir acerca da temática das drogas na escola. Corroborando com o mesmo, Silva et al (2018) apresenta que dos dezenove docentes que foram entrevistados em sua pesquisa, somente cinco já tinham feito alguma capacitação referentes ao tema abordado. Como observa-se, são pouco os docentes que participam de formação continuada com foco no uso e abuso de drogas, e mesmo os que se incluem nesse contexto não estão capacitados para debater essa problemática no âmbito escolar.

Moreira, Vóvio e Micheli (2015), destacam um dado a ser considerado em sua pesquisa pois a maioria dos professores investigados (68%) tinham participado de formações sobre as drogas. Porém os mesmos não detinham de conhecimentos básicos necessários para desenvolver essa temática na escola. Na realidade, observa-se “professores que, por conta da falta de informação e do receio de não terem respostas para sanar as dúvidas dos estudantes, demonstram medo e incapacidade para lidar com a prevenção do uso de drogas” (FERREIRA et al, 2010, p.555). Isto pode acarrater aos docentes uma sensação de ineficácia, fazendo com que a escola busque apoio em especialistas (psicólogos, assistentes sociais, policiais) no assunto para discutir a temática do uso e abuso de drogas dentro da instituição, porém atos como esses não geram os resultados esperados, já que as apresentações ou palestras desses profissionais especializados só ocorrem esporadicamente em datas consideradas propicias para o debate sobre as drogas.

O problema de se tratar do uso e abuso de drogas temporariamente é que o debate fica vazio perdendo por muitas vezes sua eficácia. Já que os educandos podem tomar como exemplo

---

<sup>5</sup> Refere-se a lei brasileira de número 11.343/2006, na qual destaca em seu art.19 “o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino”.

contrário aquele esportista ou cantor famoso que conseguiu se livrar do abuso de drogas, pensando, “se ele conseguiu eu também posso”. Por isso, a formação dos professores para trabalhar este tema na escola é urgente. Ramal (2012) salienta que é preocupante a ausência de projetos consistentes e ousados, na maior parte das redes públicas de ensino do país no que se refere a preparar os docentes para atuarem de forma significativa no combate ao uso e abuso de drogas.

Vale ressaltar que trazer para escola ex-usuários como exemplo de superação não é uma má ideia, desde que o trabalho com a prevenção do uso e abuso de drogas seja tratado cotidianamente pelo núcleo gestor da escola e principalmente pelos professores, que são diretamente ligados aos educandos, e por isso podem contribuir de forma grandiosa com o trabalho de prevenção e combate ao uso e abuso de psicoativos.

Dentro dessa perspectiva cabe ao professor sempre que possível em suas aulas, abrir momentos para discussões acerca da temática das drogas, pois eles detêm um grande influência na formação dos alunos, sendo justamente nesse contexto que enquadra-se o seu papel de agente no combate ao uso e abuso de drogas. Seria positivamente adequado que professores dispusessem de um conhecimento fundamentado acerca desse tema, e para que isso ocorra, é de suma importância que as políticas públicas educacionais se voltem para a perspectiva de prevenção ao uso e abuso de drogas.

“Essa formação deve ser de relevância para que o educador como ser mediador, possibilite ao aluno desenvolver as habilidades e competências, que devem ser buscadas em todas as fases da prática da docência” (OLIVEIRA, FERNANDES e SILVA, 2012. p. 164). Pois o professor para abordar a temática do uso e abuso de drogas em sala de aula, precisa de habilidade, conhecimento e cuidado. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de preparar os docentes, através de formação continuada, para debater questões relacionadas ao uso e abuso de drogas, bem como, criar e possibilitar espaços de discussão e de reflexão para todo o grupo escolar (MOREIRA; VÓVIO; MICHELI, 2015).

A relevância do conhecimento docente referente ao conteúdo drogas, se torna mais significativa se pensarmos que além de atuar diretamente na prevenção através de debates e mediação do conhecimento, os professores deveriam estar preparados para lidar com a realidade do consumo de drogas vivenciada por seus educandos, sendo capazes de realizar os encaminhamentos necessário e adequado ao aluno usuário (DALBOSCO, 2013).

É importante que o estado busque desenvolver políticas públicas educacionais que visem a formação continuada dos professores acerca da problemática das drogas de maneira eficiente. Focando em conhecimentos que sejam capazes de nortear os professores não só no

debate com os discentes, mas também no auxílio de situações problemas que venham a surgir no ambiente escolar e na comunidade.

Barbosa (2016), enfatiza a importância da participação de professores em cursos que abordem temáticas contemporâneas como o uso e abuso de drogas. A autora entende os docentes como agentes multiplicadores, que detém a função de difundir informações para seus educandos, familiares dos alunos e para o restante dos profissionais da escola.

Desta forma, fazendo chegar à população mais informações sobre as drogas, seus efeitos no organismo e consequências sociais que trazem para a sua vida quando se faz o uso/abuso de drogas, lícitas e ilícitas. Por conseguinte o resultado poderia ser de maior impacto e trazer mais respostas positivas, aumentando os resultados, fazendo os adolescentes refletirem sobre a sua saúde, convívio social e se realmente vale a pena usar drogas, pois ao invés de trazer benefícios para sua vida, só traz malefícios (BARBOSA, 2016, p. 12).

A contribuição do trabalho docente na formação do educando é primordial, não só no que se refere a transmissão dos conteúdos didáticos, mas principalmente no âmbito da formação plena. Por isso, pensar e executar ações educativas voltadas para a temática do uso e abuso de drogas pode estimular os jovens ao autoconhecimento e a uma compreensão social (COELHO e MONTEIRO, 2018).

Pensar um professor que atenda demandas sociais contemporâneas, significa pensar em um educador reflexivo em sua prática, sendo este capaz de debater questões complexas como o uso e abuso de drogas em suas aulas através de ações reflexiva junto aos seus alunos, no qual utilizam-se de temas geradores para construir saberes preventivos contra o uso drogas (SOUSA e BERTONI, 2016).

Desta forma, se faz sempre necessário pensar em políticas públicas educacionais voltadas para formação continuada do professor. Ações, que envolvam diretamente a melhoria do ensino através do aperfeiçoamento do conhecimento docente, possibilitando uma melhor relação professor-aluno e contribuindo com o desenvolvimento das habilidades e competências do educando no dia-a-dia (OLIVEIRA, FERNANDES e SILVA, 2012).

Através dos apontamentos apresentados observa-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas educacionais que foquem na formação continuada de professores acerca das problemáticas relacionadas ao uso e abuso de drogas. Bem como, a urgência de políticas mais efetivas e que favoreçam a formação de maneira significativa, na qual os docentes se sintam seguros para debater e refletir juntamente com seus alunos, colegas de trabalho e comunidade sobre as questões que rodeiam a temática das drogas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi abordar apontamentos contemporâneos sobre as políticas públicas educacionais para formação/capacitação de professores no combate ao uso e abuso de drogas. Bem como, debater sobre a eficiência das políticas existentes e discutir sobre a importância do professor no combate ao uso e abuso de drogas. Sendo assim, após as leituras realizadas e as discussões apresentadas neste trabalho, acredita-se que as metas iniciais foram atingidas.

Pode-se observar através das discussões elencadas no estudo a necessidade de políticas públicas educacionais que foquem na formação continuada de professores acerca do uso e abuso de drogas. Políticas que enfatize ações mais efetivas e sejam desenvolvidas através de projetos governamentais que contemplem os espaços federais, estaduais e municipais. Possibilitando, um trabalho amplo de formação docente, oferecendo conhecimentos mais específicos e atualizados para que os professores sejam capazes de lidar com as discussões que permeiam o uso e abuso de drogas na realidade escolar contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.J.B. Prevenção ao Uso de Drogas na Escola e as Possibilidades de Atuação do Psicólogo. **Revista Estação Científica** - Juiz de Fora, nº 16, julho – dezembro / 2016.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Brasília: 2006.

COELHO, F.J.F. MONTEIRO, S.S. Formação Online Sobre Drogas para Docentes na Perspectiva da Redução de Danos: o ponto de vista dos cursistas. **Revista Aleph**, ano XV, nº 30, p. 187-210, julho, 2018.

COSTA, A.B.P. **Formação Continuada de Docentes**: contribuições do sindicato visando a uma educação de qualidade. Dissertação. Instituto Superior de Educação e Ciências Escola de Design, Comunicação e Artes, 2016.

DALBOSCO, C. As Situações-Problema Relacionadas ao Uso de Álcool e Outras Drogas Presentes na Escola. **In: Prevenção ao Uso de Drogas: A Escola na Rede de Cuidados. Salto para o Futuro**. Ano XXIII - Boletim 23. p. 18-24. Novembro, 2013.

DIAS, S.C. BRAGANÇA, I.F.S. Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores: um Estudo de Caso em Itaguai. **Revista @mbienteeducação**. 6(1): 54-64, jan/jun, 2013.

ELIAS, C. S. et al. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. SMAD: **Revista Electronica em Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.

FERRAZ, L. et al. Substâncias Psicoativas: o consumo entre acadêmicos de uma universidade do sul do Brasil. **Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 1, p. 371-386, jan./abril. 2018.

FERREIRA, T.C.D. et al. Percepções e Atitudes de Professores de Escolas Públicas e Privadas Perante o Tema Drogas. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.14, n.34, p.551-62, jul./set. 2010.

MOREIRA, A. VÓVIO, C.L. MICHELI, D. Prevenção ao Consumo Abusivo de Drogas na Escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015.

OLIVEIRA, A.F. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, S.M.P. FERNANDES, L.C.S. SILVA, J.M.L. Saberes Docentes Sobre Drogas. **Revista FSA**, Teresina, v. 9, n. 2, art. 11, pp. 161-172, Ago./Dez. 2012.

SILVA, P.M.C. et al. Percepções, Dificuldades e Ações de Professores Frente às Drogas na Escola. **Revista: Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e182015, 2018.

SOUSA, D.S. BERTONI, L.M. Drogas e Escola: Reflexões Sobre a Formação de Professores. **In: Anais. X Seminário Nacional do HISTEDBR. Eixo: formação de professores. UNICAMP**, julho, 2016.